

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.402 - SP
(2018/0261639-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SERGIO MARQUES
ADVOGADOS : HÉLIO RODRIGUES DE SOUZA - SP092528
ANDRÉ GAMBERA DE SOUZA - SP254494
ALINE MARTINS SCARASSATI RODRIGUES MORON -
SP321342
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL -EPI-. NEUTRALIZAÇÃO DA NOCIVIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O fato de a empresa fornecer ao empregado Equipamento de Proteção Individual - EPI - não afasta, por si só, o direito ao benefício de aposentadoria com a contagem de tempo especial, devendo ser apreciado caso a caso.

3. No caso dos autos, o Tribunal de origem consignou a eficácia do EPI. Por isso, a análise da eficácia do EPI para determinar a eliminação ou neutralização da nocividade no ambiente de trabalho, encontra óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator